



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

02

Terceira Câmara de Direito Público  
Recurso de Agravo Nº: 0289909-2  
Agravante(s): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS  
Procuradora: Ana Carla de Andrade Ferraz  
Agravado(s): Isaías Mariano da Silva  
Advogado: Marcos Antonio Inácio da Silva PE000573  
Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

**EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO DOENÇA. CONVERSÃO AUXÍLIO DOENÇA INVALIDEZ. CANCELAMENTO DA CONCESSÃO. INCAPACIDADE LABORATIVA DO SEGURADO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE READAPTAÇÃO PARA EXERCÍCIO DE NOVAS FUNÇÕES. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.**

1. A incapacidade para o trabalho é tida, regra geral, como requisito central para a concessão da aposentadoria por invalidez acidentária, sendo sua existência aferida através de perícia médica. 2. Tendo em consideração a efetiva possibilidade de exercício de atividade laboral que garanta a subsistência do segurado no caso concreto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem mitigado a exigência estrita da verificação de incapacidade laborativa total para a concessão da aposentadoria por invalidez, no sentido de serem levados em conta outros aspectos relevantes, a exemplo da condição sócio-econômica, profissional e cultural do requerente. 3. que a autora exerceu, a função de operador de processo, e foi acometido de algumas doenças que dificultam a capacidade plena para desenvolver seu trabalho. Nada obstante, parecem não ter sido totalmente levadas em consideração na conclusão obtida pelo perito indicado pelo juízo ao reputar apto o apelado para o trabalho, sem quaisquer ressalvas, as quais naturalmente haveriam de ser feitas se tomados em conta todos esses fatores. 4. Não há notícia nos autos de que o INSS buscou, após a concessão do auxílio-acidente, promover a readaptação da autora para o exercício de outras atividades condizentes com o seu estado de saúde, de modo que, passado o tempo, bem como agravado o seu quadro de saúde, encontra-se, na prática, incapacitado para exercer atividade digna que lhe possa garantir o sustento. 7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Recurso de Agravo nº 0289909-2, em que figuram, como Agravante Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e, como Agravado, Isaías Mariano da Silva,

Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Terceira Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em negar provimento ao presente recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 02 de

MAIO

de 2013.

**Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

02

**Terceira Câmara de Direito Público**  
**Recurso de Agravo Nº: 0289909-2**  
**Agravante(s): Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**Procuradora: Ana Carla de Andrade Ferraz**  
**Agravado(s): Isaias Mariano da Silva**  
**Advogado: Marcos Antonio Inácio da Silva PE000573**  
**Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo**

**RELATÓRIO:**

02

Cuida-se de Recurso de agravo interposto por Instituto Nacional do Seguro Social - INSS em face do Isaias Mariano da Silva, impugnando decisão terminativa proferida por esta relatoria, nos autos da Ação de Restabelecimento de Benefício Previdenciário Auxílio-Doença c/c Conversão em Aposentadoria por Invalidez, que julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez acidentária, por entender que o autor não se encontra totalmente incapacitado para o trabalho.

Irresignado, interpôs o agravado, Recurso de Apelação (fls.86/90) objetivando a reforma da sentença, com base na concessão do benefício tendo em vista as limitações impostas pelo baixo grau de escolaridade e na ausência de qualificação profissional do Apelante. Argumenta que a caracterização da incapacidade total não se dá tão somente pela comprovação da absoluta invalidez, bastando que o acidentado encontre dificuldades para inserção no mercado de trabalho em decorrência de suas limitações físicas e demais condições sócio-culturais.

Em decisão de fls. 101/102, proferida por esta relatoria, foi dado provimento ao recurso de apelação ex vi do art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, para anular a sentença vergastada.

Ao final, foi interposto o presente recurso de agravo, pugnano pela reconsideração da decisão requestada ou, acaso assim não entenda esta Relatoria, seja o presente recurso levado a julgamento perante a competente Câmara, para que, ao seu cabo, seja-lhe dado provimento, deferindo-se o efeito suspensivo ao agravo de instrumento em apenso.

É o que de relevante se tem a relatar.

**VOTO:**

Mantenho a mesma persuasão que serviu de esteio ao prolatar a decisão objeto do presente recurso.

Do que dos autos o apelante é portador de transtornos de discos intervetebrais (CID 10: M 51), Lumbago com ciática ( CID 10: M 54.4) tornando-o incapacitado para desenvolver atividade laborativa, portanto lhe foi concedido auxílio-doença em 03/10/2007. Contudo o apelante beneficiário foi surpreendido com a cessação de seu benefício após reavaliação médica realizada pelo médico do INSS. Alega que ainda permancem as mesmas condições incapacitantes para o trabalho, à época da concessão do benefício, deste modo pleiteia a conversão deste em aposentadoria por invalidez, dado o agravamento de seu quadro de saúde.

Faço ver que a incapacidade para o trabalho é tida, regra geral, como requisito central para a concessão da aposentadoria por invalidez acidentária, sendo sua existência aferida através de perícia médica.



20  
12/7

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

02

A Lei nº 8.213/91, que regula os benefícios da Previdência Social, disciplina, em seu artigo 42, a concessão da aposentadoria por invalidez, nos seguintes termos:

Art. 42. A aposentadoria por invalidez, uma vez cumprida, quando for o caso, a carência exigida, será devida ao segurado que, estando ou não em gozo de auxílio-doença, for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, e ser-lhe-á paga enquanto permanecer nesta condição.

Nada obstante essas considerações, tendo em consideração a efetiva possibilidade de exercício de atividade laboral que garanta a subsistência do segurado no caso concreto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem mitigado a exigência estrita da verificação de incapacidade laborativa total para a concessão da aposentadoria por invalidez, no sentido de serem levados em conta outros aspectos relevantes, a exemplo da condição sócio-econômica, profissional e cultural do requerente, conforme se depreende dos arestos abaixo transcritos, à guisa de ilustração:

PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DO INSS DESPROVIDO. 1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética. 2. **Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.** 3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso. 4. Em face das limitações impostas pela moléstia incapacitante, avançada idade e baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez. 5. Agravo Regimental do INSS desprovido (AgRg no AResp 136474/MG, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 29/06/2012).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. INCAPACIDADE LABORAL. REQUISITOS OBJETIVOS E CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS. 1. **Para a concessão de aposentadoria por invalidez, devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado.** 2. Precedentes: AgRg no Ag 1247316/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 18/10/2011, DJe 17/11/2011; AgRg no REsp 1220061/SP, Rel. Ministro GILSON DIPP, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2011, DJe 14/03/2011. 3. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Resp 696058/RN, Rel. Min. Vasco Della Giustina

2



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GAB. DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO**

02  
(Desembargador Convocado do TJ/RS), Sexta Turma, DJe  
06/02/2012).

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ART. 42 DA  
LEI 8.213/91. ELEMENTOS DIVERSOS CONSTANTES DOS AUTOS. I -  
**Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser  
considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados  
no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-  
econômica, profissional e cultural do segurado. Precedentes.**  
II - Agravo Regimental desprovido (AgRg no Resp 814379/AL, Rel.  
Min. Vasco Della Giustina (Desembargador Convocado do TJ/RS),  
Sexta Turma, DJe 09/11/2011) - grifos nossos.

Registra-se, ainda, com base no que se expôs acima, que a autora exerceu, a função de operador de processo, e foi acometido de algumas doenças que dificultam a capacidade plena para desenvolver seu trabalho. Nada obstante, parecem não ter sido totalmente levadas em consideração na conclusão obtida pelo perito indicado pelo juízo ao reputar apto o apelado para o trabalho, sem quaisquer ressalvas, as quais naturalmente haveriam de ser feitas se tomados em conta todos esses fatores.

Faço ver, por outro lado, que não há notícia nos autos de que o INSS buscou, após a concessão do auxílio-acidente, promover a readaptação da autora para o exercício de outras atividades condizentes com o seu estado de saúde, de modo que, passado o tempo, bem como agravado o seu quadro de saúde, encontra-se, na prática, incapacitado para exercer atividade digna que lhe possa garantir o sustento.

Assim, firme em tais razões, nada obstante o teor do laudo pericial judicial, em vista dos demais elementos trazidos à baila, tais como a redução da sua capacidade para o trabalho, fatores estes certamente limitadores da sua reinserção no mercado de trabalho, entendo fazer jus o apelado à conversão do auxílio-acidente em aposentadoria por invalidez.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do presente agravo.

Recife, 02 de Março de 2013.

  
Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo  
Relator